

Formação de Antropólogos no Brasil Ontem e Hoje

Profª. Dra. Daniela Cordovil¹

Resumo

Este texto pretende realizar um levantamento histórico de como se deu a implantação de um processo de formação e reprodução acadêmica de antropólogos no Brasil, durante quase um século e meio. Neste período acompanhou-se um processo ainda incompleto de institucionalização da carreira de antropólogo, que hoje registra muitos sucesso e algumas encruzilhadas. É na intenção de contribuir criticamente nos debates suscitados pelo crescimento da profissão que realizo este registro.

Palavras-chave: antropologia brasileira, formação do antropólogo e mercado de trabalho.

Abstract

This text intends to undertake a survey of how history has been the deployment of a process of formation and reproduction of academic anthropologists in Brazil, for nearly a century and a half. During this period followed up a still incomplete process of institutionalization of the career of anthropologist, who now records some success and many crossroads. It is the intention of helping critically in the debates raised by the growth of the profession to perform this record.

Keywords: anthropology Brazilian, training of anthropologist and labor market.

1- Primeiros tempos.

A antropologia começou a ser praticada no Brasil no final do século XIX. Na época, assim como a maioria das outras ciências, as pessoas que a praticavam eram diletantes e o seu processo de formação era autodidata. Esses “cientistas” reuniam-se em associações para compartilhar informações e adquiriam sua formação científica através desse contato com os seus colegas e com leitura de manuais de divulgação científica importados da Europa. Sabiam um pouco de tudo e muito pouco sobre algum tema em particular.

O médico de formação Nina Rodrigues, está entre esses primeiros antropólogos. Adquiriu formação em antropologia por conta própria freqüentando sociedades científicas e correspondendo-se com grandes nomes da ciência européia da época. Esse processo de aprendizado e aquisição de uma profissão tem muito em comum com a formação dos

¹ Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, ex-bolsista de Desenvolvimento Científico Regional da Universidade Federal do Amapá, atualmente antropóloga da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará.

“pajés”, líderes espirituais encontrados na Amazônia, que realizam rituais de cura. Durante minha pesquisa de campo entre estes mestres religiosos, um deles, perguntado sobre como se tornou um “pajé”, me respondeu que não precisou aprender com ninguém porque “quem é, nasce feito”. Uma espécie de explicação para o fato de que algumas pessoas na sua profissão têm o “dom”, a vocação, ou simplesmente já nascem sabendo.

Hoje, no processo de formação de antropólogos, muita coisa mudou desde o século XIX. No decorrer do século XX, a criação de universidades e programas de pós-graduação possibilitou a institucionalização de carreiras de pesquisa no país, entre elas a antropologia. A carreira de antropólogo desenvolveu-se institucionalmente pela primeira vez na década de 1930. Com a passagem de Levi-Strauss pela USP e de outros antropólogos franceses, como Roger Bastide, surgiu a primeira geração de pesquisadores brasileiros.

O Próprio Levi-Strauss parecia perceber a antropologia da mesma forma que o pajé via a sua profissão. Segundo seu próprio relato da sua passagem pelo Brasil, no seu livro *Triste Trópicos*, ele escreveu:

“As condições de vida e de trabalho do antropólogo o excluem fisicamente do seu grupo durante longos períodos. Devido à violência das mudanças a que ele se expõe, adquire uma espécie de desapego crônico: nunca mais em nenhuma parte voltará a sentir-se em sua casa, ficará psicologicamente mutilado. Como a matemática ou a música, a etnografia constitui uma dessas raras vocações autênticas, alguém pode descobri-la em si mesmo, ainda que não lhe tenham ensinado” (LEVI-STRAUSS, 1996).

Nas primeiras décadas da implantação da pesquisa e ensino de antropologia no Brasil, seus pioneiros iam buscar seus títulos acadêmicos, ainda necessários para complementar as habilidades inatas de que fala Levi-Strauss, no exterior. Somente após a reforma universitária de 1965, que possibilitou a criação de programas de pós-graduação no Brasil, é que teve início o processo de formação de antropólogos no país à nível de pós-graduação (DUHRAM, 2005).

O primeiro programa de pós-graduação em antropologia foi criado em 1968, no Museu Nacional. Depois surgiram os mestrados da UNB e Unicamp em 1972. A criação destes programas chama atenção para o fato de que antes da antropologia ser percebida e ensinada como uma disciplina do curso de graduação em Ciências Sociais, a formação do

Antropólogo foi vista como algo que se atingem apenas quando o estudante obtém o título de mestre. Tanto que para ingressar na Associação Brasileira de Antropologia, criada em 1952 é preciso ter, minimamente, o nível de mestre. Atualmente existem 16 programas de pós-graduação em antropologia em todo o Brasil e são formados anualmente centenas de mestres e doutores em antropologia.

O modelo de formação de antropólogos em nível de pós-graduação destina-se à formação de quadros intelectuais capacitados para a pesquisa e ensino, portanto, é natural que o processo seja lento e desgastante. No seu início, na década de 1970 e 80, levava-se em média 4 anos para concluir o mestrado e 6 para finalizar o doutorado. Atualmente, depois de um intenso esforço das agências de fomento esse tempo vem baixando para 2 anos, o mestrado, e 4 anos o doutorado, sob protestos de discentes e professores.

Durante minha própria experiência dentro deste modelo de formação de antropólogos à nível de pós-graduação, muitas vezes me lembrei da frase daquele “pajé”, meu informante: “quem é, nasce feito”. Mas, aquela frase não é única analogia que se pode propor entre a carreira de “pajé” e a carreira do antropólogo. Segundo os “pajés” de Cururupu, cidade do litoral maranhense onde realizei minha pesquisa, para ingressar na profissão, o neófito também precisa transpor uma série de longas e árduas provações. Primeiro, é preciso que ele receba um chamado na infância, um primeiro contato com os encantados, ou seres sobrenaturais, que aparecem para o futuro pajé indicando que ele foi o escolhido para a missão de servir de intermediário entre o mundo dos homens e a encantaria (Cf. CORDOVIL, 2004).

Depois disso, geralmente na adolescência, vem um período de crise, onde o futuro pajé enfrenta a doença, a proximidade com a morte e a loucura. Neste momento, ele e a família percebem que os médicos não possuem a solução para o seu problema e apenas a iniciação e o ingresso na carreira de pajé poderá trazer-lhe tranquilidade e paz de espírito. Este processo de iniciação é caracterizado por eles como um momento de provação, onde lhes são revelados os segredos da encantaria. Nessa fase de iniciação, que geralmente inclui um período de isolamento, segundo um informante “pode-se ver muitas coisas feias, mas é preciso não falar. Se ver o bem fica com esse bem, e se ver o mal, guarda esse mal pra si. Se contar, ele podem até te matar, os encantados”. Mas, como ressaltam os pajés, todas essas provações são apenas uma confirmação para uma vocação já existente.

Voltando para nós, antropólogos, na pós-graduação da Universidade de Brasília conheci alguns estudantes que sentiam-se perdidos no momento de escrita da tese, onde a solidão do trabalho de campo, e o momento de reflexão da escrita os fazia sentir-se em dúvida sobre como se tornar de fato antropólogos. Alguns deles vinham se aconselhar com um antropólogo, tido como “guru” entre nós, já que era dado a misticismo, acendia incensos e, segundo contam as lendas estudantis haviam participado do sacrifício de um bode em um ritual de exorcismo dos maus fluídos no centro acadêmico. Esse antropólogo “xamã” segredou-me, que em sua opinião, os antropólogos que ostentavam tais dúvidas sobre o trabalho de campo e suas teses, ou seja, não conseguiam se virar sozinhos, nunca dariam bons antropólogos, já que a antropologia era mesmo como a carreira do pajé “quem é, nasce feito”.

Quando conclui meu doutorado no ano passado, ainda fiquei muito tempo a refletir sobre esta frase e o processo de formação do antropólogo. Por mais que tenha estudado em um programa de pós-graduação de excelência e um dos melhores do Brasil, havia recebido uma boa formação e sabia como elaborar uma pesquisa antropológica, mas ainda tinha dúvidas sobre como ensinar antropologia. Quando eu e o Prof. Rosinaldo resolvemos dar início ao nosso grupo de iniciação científica aqui na Unifap, diante da grande quantidade de alunos inscritos no processo seletivo, telefonei a ele e perguntei um pouco assustada o que iríamos ensinar a esses alunos. Ele refletiu por alguns instantes e disse, em tom de brincadeira “vamos ensinar que a pesquisa é um processo solitário...”. Claro que depois reformulamos essa idéia! Pois imaginamos que isso seria bastante desestimulante para nossos jovens alunos. Isso mostra que o ensino de antropologia que recebemos na pós-graduação, onde de fato fazemos pesquisas solitárias, é excelente para formar antropólogos profissionais, pesquisadores, professores e acadêmicos, mas nem sempre é o modelo mais adequado para iniciar um aluno de graduação na antropologia. Pois, afinal, a antropologia não é como diz o “pajé”, “quem é nasce feito”. Os antropólogos do futuro são feitos, num processo de formação que começa na graduação e se estende pela pós-graduação.

2- A Formação do Antropólogo.

É consenso entre os docentes de antropologia que para se tornar antropólogo é preciso passar por um intenso período de formação teórica, geralmente obtida durante o

mestrado, onde o estudante deve ter contato com o maior número possível de monografias clássicas, as chamadas etnografias, e conhecer as diferentes escolas da antropologia. Diferente da sociologia, que reconhece unanimemente seus três pais fundadores, os antropólogos possuem uma variedade de contribuições de diferentes escolas, cada uma com seus autores de referência. Para conhecer cada uma delas é preciso que o aspirante a antropólogo tome contato com as etnografias produzidas por essas escolas e de certa forma visite através da leitura seus diferentes campos etnográficos. Reconhece-se que só lendo etnografia será possível realizar uma boa etnografia.

A outra parte da formação do antropólogo, posta em prática geralmente em nível de doutorado, é quando ele realiza seu próprio trabalho de campo e vivencia todos os dilemas metodológicos da antropologia, produzindo finalmente sua própria pesquisa.

Este modelo clássico de formação de certa forma é transposto em miniatura na formação do graduado, que vem a cursar as universidades onde existe uma habilitação em antropologia dentro do curso de ciências sociais, o que não é o caso da Universidade Federal do Amapá. Mesmo assim, existem algumas dificuldades a serem transpostas quando se busca aplicar alguns destes princípios ao formar um antropólogo na graduação. É sobre elas que passo a comentar.

A primeira delas é que os alunos graduandos são formados para ter uma personalidade de “Jack estripador”, ou seja, eles dificilmente lêem livros inteiros. No final do século XIX e primeiras décadas do século XX o ensino superior no Brasil padeceu da mania dos intelectuais brasileiros de consumirem manuais de divulgação científica e nunca lerem as obras originais. Hoje, os alunos lêem bastante os originais, quando os encontram traduzidos. Lêem de tudo, mas apenas um ou dois capítulos. Para conseguir que o aluno leia um livro inteiro o professor geralmente também precisa levar um semestre inteiro, ou pelo menos a metade dele. Portanto, não dá pra esperar que o aluno de graduação conheça e leia as monografias com a mesma presteza com que o aluno da pós-graduação. Ao fim do curso, considerando que a antropologia compõe só uma parte da grade curricular do curso de ciências sociais, seu domínio dos clássicos, mesmo que ele seja um aluno acima da média, não vai ser muito amplo. Portanto, na graduação, certamente a quantidade de leitura com a qual o aluno terá contato será bem menor, e deve ser, portanto, bem selecionada.

Outra dificuldade a ser transposta para potencializar o aprendizado da antropologia nos cursos de graduação seria a natureza do próprio objeto de estudo de nossa ciência. De todas as disciplinas das ciências sociais a antropologia é a que ao primeiro contato parece menos acessível ao neófito, devido à natureza do tema que estuda: os selvagens ou primitivos. Enquanto a sociologia e a ciência política tratam de classes sociais, partidos políticos e poder, a antropologia trata de temas como parentesco, totemismo, linhagens, cosmologia. Tudo isso pode parecer complexo e enfadonho àquele que está tendo um primeiro contato com a disciplina. É preciso muito cuidado ao apresentar ao aluno da graduação a antropologia para que ela não pareça a ele justamente aquilo que ela não é, uma disciplina que fala apenas de povos exóticos e primitivos de tudo aquilo que não diz respeito ao mundo em que o estudante vive. Nesse sentido, a leitura dos textos originais nem sempre é a melhor opção didática para um primeiro contato do aluno com a disciplina. Acredito que nós professores, ainda carecemos de material didático e textos de apoio em linguagem acessível para iniciar os alunos no estudo da antropologia, existem algumas exceções, como o livro do Professor Roque Laraia “Cultura: um conceito antropológico”, por exemplo. Muitos dos textos clássicos da disciplina ainda não foram traduzidos para o português, principalmente no que diz respeito ao evolucionismo e ao período inicial de debates sobre parentesco, família e totemismo, (Mais uma vez, devemos mencionar a exceção de uma coletânea de artigos selecionados pelo professor Roque Laraia, intitulado Organização Social). É preciso reconstituir esses debates de forma acessível para que o aluno entenda a problemática da antropologia e suas contribuições atuais.

Isso não é problema na pós-graduação, mas o aluno da graduação geralmente só lê em português, portanto é preciso pensar em textos de apoio para que a seleção dos clássicos, cuja leitura é tão importante, não pareça para o aluno completamente caótico e ininteligível, já que ele não consegue fazer relação entre ela e outros textos do mesmo período que não foram traduzidos para o português. Por exemplo, dentre todo o debate travado entre os antropólogos evolucionistas sobre a origem das instituições sociais como o casamento e a família, o único livro que possui tradução para o português, devido a sua relação com o marxismo é “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, que é uma espécie de resenha feita por Engels da obra de Lewis Henry Morgan, intitulada: A Sociedade Antiga. Um estudante desavisado, que tenha acesso apenas a leitura do livro de Engels, sem

conhecer as discussões e o contexto da época, terminará a leitura acreditando na existência histórica do matriarcado e da promiscuidade primitiva e achando que o livro retrata fielmente os estágios pelos quais passou a humanidade, da pré-histórica até o limiar da civilização.

Desde a década de 1970, com a institucionalização da pós-graduação em antropologia no Brasil, já existe um esforço em verter para o português algumas obras clássicas das ciências sociais. Júlio César Melatti comenta em sua resenha *A Antropologia Britânica nas Edições Brasileira*, publicada no final da década de 1970, a pouca disponibilidade de textos antropológicos traduzidos para o português e mesmo para o espanhol. Hoje em dia, apesar do grande crescimento da comunidade antropológica no Brasil e dos cursos de pós-graduação a quantidade de material disponível em português está longe de ser a ideal. Talvez por isso alguns autores importantes no desenvolvimento da disciplina, como por exemplo, Franz Boas ou Gregory Baterson, são muito pouco lidos na graduação.

A antropologia britânica, de Malinowski, Radcliffe-Brown e Evans-Pritchard é bastante conhecida através das suas traduções dos anos 1970, mas até recentemente pouco se lia de Franz Boas até ser lançada a coletânea de artigos organizada por George Stocking e Celso Castro, não obstante, Franz Boas ser central para o ensino da origem do culturalismo norte-americano e seus expoentes: Margareth Mead, Kroeber, Lowie, Ruth Benedict, etc. Note-se que, de Ruth Benedict, a maioria dos estudantes só conhece “O Crisânteno e a Espada”, que não é seu livro mais importante e sim “Patterns of Culture”.

Mas a pior situação é mesmo a do evolucionismo, que representa a origem da antropologia e foi um momento muito complexo na história da ciência, mas do qual não dispomos de quase mais nenhum texto em português, exceto algumas versões de “O Ramo de Ouro”, editados em Portugal.

3- O Ensino de Antropologia na Graduação e as Novas Demandas do Mercado de Trabalho para Antropólogos.

Acredito que estamos num bom momento para repensar esses pontos sobre o ensino na graduação, pois hoje a formação em antropologia vive uma realidade bastante interessante, no que chamo de movimento “de cima para baixo”. Depois de ter atingido a

excelência na formação e capacitação de quadros a nível pós-graduação, surgem novas demandas no mercado de trabalho para o antropólogo. Uma dessas demandas que tem crescido, ligada à área de pesquisa tradicional do antropólogo junto aos grupos indígenas, consiste em capacitar quadros técnicos, graduados em antropologia para a FUNAI, a fim de atuar na garantia de direitos dos grupos indígenas.

Além deste campo de trabalho, outro ramo que está se abrindo é a atuação na garantia dos direitos territoriais das populações quilombolas, compondo os quadros do INCRA, como analista em reforma agrária, especialista em antropologia, cujo concurso foi realizado em 2006. Há também emprego como técnico em antropólogo do Ministério Público da União que irá elaborar os laudos técnicos em processos geralmente para garantir direitos de populações indígenas em disputas territoriais, ou também de povos quilombolas, cujo último concurso foi no início deste ano. Mais um novo campo de trabalho que surgiu com a lei do Patrimônio Imaterial, foi no IPHAN, que realizou concurso também no ano passado. A novidade deste mercado de trabalho é que para ser funcionário destes órgãos públicos não se exige do candidato o nível de mestrado ou doutorado, como se exige para ser associado da ABA ou professor universitário.

Tudo isto sugere a necessidade de uma reforma no ensino e na formação do antropólogo, já que o ensino de graduação precisa ser capaz de capacitar o jovem recém formado para este novo mercado de trabalho. Numa nova realidade em que nem todos recém formados necessariamente ingressarão imediatamente no mestrado, principalmente em estados da federação, como o Amapá, onde não existem programas de pós-graduação em ciências sociais.

Hoje se observa algumas distorções e desperdícios de recursos públicos ao se formar um doutor para ocupar um cargo de graduado. No concurso para antropólogo do INCRA, que exigia apenas a graduação, no sul, sudeste e Brasília, a maioria das pessoas que passaram eram mestres e doutores, e muitas desistiram; enquanto que em muitos estados, como no Amapá, não houve candidatos aprovados, talvez por ainda não existir uma habilitação em antropologia no curso de ciências sociais da Unifap.

Essas questões vão de um nível mais pragmático até questões epistemológicas sobre a própria natureza da antropologia. Estratégias de ensino e inserção de profissionais graduados estão sendo discutidas dentro das universidades públicas e da própria ABA, para

dar conta destes novos interesses. Afinal como pensar numa associação profissional que não aceita o ingresso de profissionais apenas com a graduação, que já atuam no mercado de trabalho?

A ABA sempre teve a característica de associação científica e não de associação profissional ou de sindicato, mas as coisas começam a mudar, agora que os profissionais em antropologia passam a assinar laudos junto ao Ministério Público da União e outros órgãos e a dar pareceres que influenciam a vida de centenas de pessoas.

Eu mesma, enquanto funcionária do INCRA em Brasília, onde trabalhei por apenas quatro meses, presenciei algumas discussões incipientes entre os novos antropólogos recém admitidos neste órgão sobre a criação de uma associação profissional de antropólogos graduados, que atuassem profissionalmente com a elaboração de laudos etc.

Com o fortalecimento do ensino de antropologia na graduação a antropologia pode vir a ocupar um novo nicho de mercado que aos poucos vem se formando para os cientistas sociais: o ensino de sociologia no ensino médio. É preciso que os antropólogos não se esqueçam que a conquista do ensino desta disciplina nas escolas públicas diz respeito a todas as ciências sociais e quanto mais bem formadas em antropologia saírem os nossos alunos da graduação maior será o acesso do grande público a nossa disciplina.

À medida que os licenciados em ciências sociais que ocupam as salas de aula no ensino médio se sentem seguros para ensinar antropologia formam-se mais uma possibilidade para que os valores de relativização e crítica social se tornem acessíveis a uma parcela mais ampla da população brasileira, tornando possível o combate ao preconceito e o racismo através da educação. O que já vem ocorrendo em outras disciplinas, como a obrigatoriedade do ensino de História da África.

Todas essas mudanças indicam um fortalecimento atual da profissão do antropólogo e um espaço para reflexões e debate que estão apenas começando e muitas questões continuam em aberto. Ainda há muito que ser pesquisado e discutido no sentido de elaborar metodologias de ensino para a antropologia, sobre o futuro desses profissionais e sua colocação no mercado de trabalho. Espero sinceramente que este debate continue no Brasil e aqui na Unifap, desejo ter contribuído de alguma forma neste sentido.

BIBLIOGRAFIA

- CORDOVIL, Daniela. “Os pajés e a política em Cururupu-MA: uma outra forma de lidar com tradição, modernidade e poder”. In: Anais do 10º. Congresso Brasileiro de Folclore. São Luís-MA, 2004.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. “A Pós-Graduação em Ciências Sociais”. In: *Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais*. In: Martins, C. B. (Org.). Bauru: EDUSC, 2005, p. 169-182.
- LARAIA, Roque. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MELATI, Júlio César. "A antropologia britânica nas edições brasileiras" no *Anuário Antropológico/78*, pp. 314-317, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.